

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 0009/2022
PROCESSO ADM 22/4000-0000371-4

CONTRATANTE

BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A. - AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, sociedade de economia mista, com sede na Rua General Andrade Neves, 175, 18º andar – Centro Histórico – Porto Alegre/RS, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 02.885.855/0001-72.

CONTRATADO

MVD DOS SANTOS TREINAMENTOS, empresário individual, com sede na Avenida Comandante Bras de Aguiar nº 423, sala 106, Belém/PA, CEP: 66035-395, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 24.483.286/0001-07.

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de curso sobre gestão e fiscalização de contratos das empresas estatais.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Como é cediço, a Lei 13.303/2016 instituiu um regime jurídico

2.2. contratual mais flexível para as empresas estatais, que permite adequações de acordo com as especificidades e com a realidade de mercado em que essas entidades estão inseridas.

2.3. Com cláusulas contratuais mais próximas às do direito privado, num enfoque diferenciado aos contratos de direito público, os ajustes firmados pelas empresas estatais demandam ainda mais cautela, para que seus interesses não sejam prejudicados por falhas cometidas na gestão e fiscalização contratual.

2.4. Ocorre que o desempenho eficaz dessas tarefas não se revela assim tão fácil. Fiscais e gestores de contrato devem ter conhecimento acerca das normas que regulamentam as licitações e contratos de sua entidade, do processo de contratação no qual atuará, do objeto que será executado, além de deter habilidades para produzir relatórios e instruir processos com vistas a encaminhar as possíveis ocorrências ao longo da execução dos ajustes.

2.5. Nada obstante, constata-se, muitas vezes, deficiências na formação desses agentes, os quais são designados para o exercício dessas funções sem o preparo adequado.

2.6. Por tal razão, justifica-se a contratação deste curso, com metodologia prática e estruturada nas normas vigentes e na jurisprudência dos órgãos de controle. O curso visa auxiliar gestores e fiscais de contratos para o desempenho de suas atribuições com segurança e de forma eficiente.

2.7. Ademais, a contratação atende à determinação do plano de ação trazido pela Auditoria, no sentido de realização de treinamento e acultramento sobre a importância e responsabilidade da atuação nas funções de gestão e fiscalização de contratos administrativos do Badesul.

2.8. Necessária a contratação de empresa especializada neste serviço a fim de que o curso seja executado de forma adequada, aproveitando-se ao máximo o conhecimento do palestrante. A infraestrutura precisa estar adequadamente montada para tanto.

2.9. O custo será compartilhado (dividido) com o Banrisul, bem como as vagas, visando à economicidade e eficiência.

3. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

3.1. Trata-se de empresa especializada em treinamento e desenvolvimento profissional, com experiência em atender órgãos da administração pública direta e indireta, que oferece curso com profissional de notória especialização, no caso, o Ministro do Tribunal de Contas do TCU, Dr. Benjamin Zymler.

3.3. É o fornecedor que melhor atende à necessidade do Badesul na medida em que dispõe de curso sobre este tema específico, objeto de plano de ação da auditoria interna, a ser ministrado por profissional cuja capacitação e conhecimento sobre o tema são indiscutíveis.

3.4. O ministro é um dos julgadores das contratações e das contas da estatais em nível federal, ou seja, quem produz jurisprudência sobre o assunto, que é aplicável ao Badesul. Logo, considerando-se a notória especialização do palestrante disponibilizado e sugerido pelo fornecedor, a licitação é inexigível, estando caracterizada a singularidade do objeto da mesma forma.

4. DO PREÇO

4.1. O preço total referente à execução dos serviços contratados é de R\$ 43.500,00 (quarenta e três mil e quinhentos reais), de acordo com a proposta vencedora da licitação, entendido este como preço justo e suficiente para a total execução do presente objeto.

4.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes,

taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

- 5.1. O Min. Benjamin Zymler é um Palestrante de renome nacional
- 5.2. /internacional, entre os mais requisitados no país. Suas participações são caracterizadas por palestras específicas ou compondo equipes em eventos especiais. Tais circunstâncias tornam raras e disputadas as suas participações em eventos sob medida, onde ele acumula a atividade de instrutor e amplia a sua carga horária para 08h diárias, como é o caso.
- 5.3. O curso objeto deste projeto básico enquadra-se nesta situação, eis que o Ministro e a sua Parceira (Dra. Karine) se dispuseram a formatar um Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos para Empresas Estatais “in company” especialmente para atender os colaboradores do BADESUL e do BANRISUL.
- 5.4. Como são raros os treinamentos com esse perfil em que participa, torna-se difícil encontrar parâmetros para justificativa de preço para cursos de 16h.
- 5.5. Dessa forma, comparou-se o preço com de evento similar realizado no BASA, com carga horária de 12h. Fazendo-se uma regra de três, calculando-se carga horária e preço, conclui-se que, para uma carga horária de 16h, custaria R\$ 88.000,00. Logo, o preço cobrado para o curso ao Badesul e Banrisul não tem sobrepreço, estando , inclusive, com preço menor.
- 5.6. Portanto, demonstrado que não há sobrepreço no caso, para o valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) no total.
- 5.7. Este custo será dividido com o Banrisul.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 6.1. Não poderá ser contratada por inexigibilidade, empresa enquadrada em qualquer das seguintes hipóteses:
- 6.2. Que, direta ou indiretamente, mantenha sociedade ou participação com servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela Dispensa, considerada participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista;
- 6.3. Que não atenda as condições estabelecidas neste Instrumento Convocatório ou não apresente documentos nele exigidos;
- 6.4. Cujo ramo de atividade não seja compatível com o objeto desta inexigibilidade
- 6.5. que se encontre sob falência, dissolução ou liquidação;
- 6.6. Que se encontre inscrita no Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CFIL/RS);

6.7. Que tenha sido declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública, na esfera Federal, Estadual ou Municipal);

6.8. Cujo administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja familiar (cônjuge, companheiro (a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, inclusive) de agente público, preste serviços ou desenvolva projeto no Órgão ou Entidade da Administração Pública Estadual em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança por meio de: contrato de serviço terceirizado; contratos pertinentes a obras, serviços e à aquisição de bens; ou convênios e os instrumentos equivalentes, conforme Decreto Estadual 48.705, de 16 de dezembro de 2011.

6.9. O BADESUL poderá anular ou cancelar a Dispensa de Preços, total ou parcialmente, sem que disso resulte para o proponente direito a qualquer indenização ou reclamação.

7. DA EMPRESA CONTRATADA

7.1. A empresa deverá estar em dia com as obrigações fiscais na data da Inexigibilidade, devendo comprovar regularidade com:

7.1.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;

7.1.2. Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, podendo ser substituído pela última alteração;

7.1.3. Certidão de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

7.1.4. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual da sede do licitante, bem como com a Secretaria da Fazenda do Estado do Rio Grande do Sul, mediante apresentação da Certidão de Situação Fiscal, independentemente da localização da sede ou filial do licitante;

7.1.5. Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS-CRF, expedido pela Caixa Econômica Federal na sede da licitante;

7.2. As referidas certidões serão consultadas eletronicamente pelo BADESUL devendo estar vigentes.

8. DA CONTRATAÇÃO

8.1. A contratação será formalizada pela emissão de Contrato/Ordem de Compra (OC), que será comunicada ao adjudicatário.

9. DO ENQUADRAMENTO

9.1. Essa ratificação se fundamenta no art. 30, inciso II, alínea “f” da Lei n. 13.303/2016 e art. 57 inciso II, alínea “f” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC e suas alterações posteriores.

10. DA APROVAÇÃO DO ENQUADRAMENTO

10.1. Considerando as informações, documentos e pareceres contidos no Processo Proa nº 22/4000-0000371-4, RATIFICO a inexigibilidade de licitação de n. 0009/2022, para contratar o objeto pretendido.

10.2. Dê-se ciência desta decisão aos interessados, providencie-se a celebração do instrumento contratual, se necessário, e cumpra-se o estabelecido art. 30, inciso II, alínea “f” da Lei n. 13.303/2016 e 57 inciso II, alínea “f” do Regulamento Interno de Licitações e Contratos - RILC, para fins de eficácia da RATIFICAÇÃO aqui referida.

Porto Alegre, 23 de novembro de 2022.

Kalil Sehbe Neto,
Diretor-Financeiro.

Visto Jurídico

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - Nº 0009/2022
PROCESSO ADM 22/4000-0000371-4

ANEXO I
PROJETO BÁSICO

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de serviços de curso sobre gestão e fiscalização de contratos das empresas estatais.

2. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1. Como é cediço, a Lei 13.303/2016 instituiu um regime jurídico contratual mais flexível para as empresas estatais, que permite adequações de acordo com as especificidades e com a realidade de mercado em que essas entidades estão inseridas.

2.2. Com cláusulas contratuais mais próximas às do direito privado, num enfoque diferenciado aos contratos de direito público, os ajustes firmados pelas empresas estatais demandam ainda mais cautela, para que seus interesses não sejam prejudicados por falhas cometidas na gestão e fiscalização contratual.

2.3. Ocorre que o desempenho eficaz dessas tarefas não se revela assim tão fácil. Fiscais e gestores de contrato devem ter conhecimento acerca das normas que regulamentam as licitações e contratos de sua entidade, do processo de contratação no qual atuará, do objeto que será executado, além de deter habilidades para produzir relatórios e instruir processos com vistas a encaminhar as possíveis ocorrências ao longo da execução dos ajustes.

2.4. Nada obstante, constata-se, muitas vezes, deficiências na formação desses agentes, os quais são designados para o exercício dessas funções sem o preparo adequado.

2.5. Por tal razão, justifica-se a contratação deste curso, com metodologia prática e estruturada nas normas vigentes e na jurisprudência dos órgãos de controle. O curso visa auxiliar gestores e fiscais de contratos para o desempenho de suas atribuições com segurança e de forma eficiente.

2.6. Ademais, a contratação atende à determinação do plano de ação trazido pela Auditoria, no sentido de realização de treinamento e aculturamento sobre a importância e responsabilidade da atuação nas funções de gestão e fiscalização de contratos administrativos do Badesul.

2.7. Necessária a contratação de empresa especializada neste serviço a fim de que o curso seja executado de forma adequada, aproveitando-se ao máximo o conhecimento do palestrante. A infraestrutura precisa estar adequadamente montada para tanto.

2.8. O custo será compartilhado (dividido) com o Banrisul, bem como as vagas, visando à economicidade e eficiência.

3. DA ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

3.1. O curso é ministrado por 2 (dois) especialistas no tema, em especial

o Ministro do Tribunal de Contas da União, Benjamin Zymler, que têm notada experiência na matéria.

3.2. Será apresentado aos colaboradores do Badesul e do Banrisul, que compartilharão as vagas e os custos.

3.3. Serão 106 vagas, no total.

3.4. O curso deve possibilitar compreender o regime jurídico dos contratos firmados pelas empresas estatais e suas particularidades;

3.5. Discutir cláusulas essenciais dos contratos firmados por empresas estatais;

3.6. Compreender a distinção entre as funções de gestor e fiscal dos contratos, bem como suas atribuições e responsabilidades;

3.7. Estar apto a identificar questões que impliquem modificação, extinção ou aplicação de penalidades.

3.8. Proceder ao adequado acompanhamento da execução dos contratos, com o objetivo de alcançar seus resultados.

4. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

3.9. O curso será ministrado em 2 (dois) dias, sendo em 14 e 15 de dezembro de 2022, com carga horária total de 16 horas e 106 vagas. Custos e vagas serão divididos em partes iguais com o Banrisul.

4.1. A metodologia será expositiva / discursiva, com a

apresentação, através de slides, de conceitos, jurisprudência e exigências.

4.2. PROVIDÊNCIAS POR CONTA DO CONTRATANTE:

4.2.1. Designar representante para contato direto com a GD para o trato dos detalhes das atividades executivas do Curso;

4.2.2. Encaminhar autorização de fornecimento com até 15 dias de antecedências à realização do Curso, incluindo orientações para emissão da Nota Fiscal.

4.3. PROVIDÊNCIAS POR CONTA DA GD Treinamento e Desenvolvimento:

4.3.1. Despesas com os Palestrantes, como honorários, passagens aéreas e hospedagem;

4.3.2. Material didático de apoio

4.3.3. Kit do participante (pasta executiva, bloco, caneta e lápis);

4.3.4. Impostos diversos;

4.3.5. Certificados

4.4. Cada participante receberá um exemplar da Lei e a pasta executiva.

4.5. O BADESUL e o BANRISUL receberão cinco exemplares do livro Empresas Estatais.

4.6. Conteúdo programático:

4.6.1. Contrato: conceito e características fundamentais. Diferenças em relação aos convênios.

4.6.2. Contratos das empresas estatais: regime jurídico diferenciado; igualdade de condições entre os contratantes; adesão às cláusulas previamente definidas.

4.6.3. Cláusulas fundamentais: necessidade de discussão durante a elaboração do ato convocatório; participação das áreas interessadas.

4.6.4. Contratos por escopo e contratos a prazo.

4.6.5. Prazos de vigência e de execução: as regras da Lei 13.303/2016; contratos que devem estabelecer os dois prazos; diferenças fundamentais entre os dois prazos; responsabilidade pelo controle desses prazos.

4.6.6. Prorrogação dos prazos contratuais de vigência e de execução: possibilidade; responsabilidade pela alteração; formalização: momento e responsabilidade; consequências da prorrogação não formalizada; cautelas a serem observadas por ocasião da prorrogação do prazo contratual.

4.6.7. Contratos de terceirização: aplicação da IN 5/2017 e do

Decreto 9.507/2018 x regulamento da estatal.

4.6.8. Fiscal do contrato: necessidade de designação formal; quem pode ser designado; possibilidade de designação de mais de um agente ou comissão; a fiscalização terceirizada; responsabilidade; cuidados a serem tomados pelo funcionário quando receber a designação; competência para o desempenho da função; acumulação da função de fiscal em mais de um contrato; possibilidade de recusa da designação.

4.6.9. Particularidades da atuação do fiscal de contratos de serviços terceirizados.

4.6.10. Gestor do contrato: acumulação das tarefas de gestor e fiscal de um mesmo contrato e de contratos diferentes; exigências em relação à qualificação.

4.6.11. Distribuição de competências entre fiscal e gestor: hierarquia entre fiscais e gestores de contratos.

4.6.12. Preposto do contratado.

4.6.13. Conhecimento do objeto da contratação pelo fiscal: documentos necessários na designação e tarefas a serem executadas.

4.6.14. Alterações contratuais: acréscimos e supressões; responsabilidade pela iniciativa das alterações; demora na formalização e execução.

4.6.15. Equação econômico-financeira: a intangibilidade; instrumentos de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro; atuação do fiscal e do gestor do contrato.

4.6.16. Cuidados a serem observados no pagamento de faturas: documentos que devem ser exigidos; retenção de pagamentos por ausência de documentos; cumprimento das obrigações trabalhistas; responsabilidade da administração; possibilidades de glosa e de retenção de pagamento por ocasião da apresentação da fatura; pagamento diretamente aos empregados da contratada.

4.6.17. Garantias: momento; modalidade e valor; não apresentação da garantia pelo contratado.

4.6.18. Recebimento provisório e definitivo do objeto: o que deve ser exigido?

4.6.19. Inexecução do contrato: possibilidade de rescisão unilateral ou por acordo entre as partes; a possibilidade de rescisão judicial.

4.6.20. Hipóteses de nulidade e de revogação do contrato.

4.6.21. Sanções aplicáveis aos contratos das estatais: ato discricionário ou vinculado; consequências da aplicação de

penalidades; previsão no ato convocatório; sanções; diferença entre multa moratória e multa compensatória; características da suspensão temporária; competência para aplicação de penalidades; responsabilidade do gestor e do fiscal do contrato.

5. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO

5.1. Trata-se de empresa especializada em treinamento e

desenvolvimento profissional, com experiência em atender órgãos da administração pública direta e indireta, que oferece curso com profissional de notória especialização, no caso, o Ministro do Tribunal de Contas do TCU, Dr. Benjamin Zymler.

5.2. É o fornecedor que melhor atende à necessidade do Badesul na medida em que dispõe de curso sobre este tema específico, objeto de plano de ação da auditoria interna, a ser ministrado por profissional cuja capacitação e conhecimento sobre o tema são indiscutíveis.

5.3. O ministro é um dos julgadores das contratações e das contas da estatais em nível federal, ou seja, quem produz jurisprudência sobre o assunto, que é aplicável ao Badesul.

5.4. Logo, considerando-se a notória especialização do palestrante disponibilizado e sugerido pelo fornecedor, a licitação é inexigível, estando caracterizada a singularidade do objeto da mesma forma.

6. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

6.1. O Min. Benjamin Zymler é um Palestrante de renome nacional

/internacional, entre os mais requisitados no país. Suas participações são caracterizadas por palestras específicas ou compondo equipes em eventos especiais. Tais circunstâncias tornam raras e disputadas as suas participações em eventos sob medida, onde ele acumula a atividade de instrutor e amplia a sua carga horária para 08h diárias, como é o caso.

6.2. O curso objeto deste projeto básico enquadra-se nesta situação, eis que o Ministro e a sua Parceira (Dra. Karine) se dispuseram a formatar um Curso de Gestão e Fiscalização de Contratos para Empresas Estatais “in company” especialmente para atender os colaboradores do BADESUL e do BANRISUL.

6.3. Como são raros os treinamentos com esse perfil em que participa, torna-se difícil encontrar parâmetros para justificativa de preço para cursos de 16h.

6.4. Dessa forma, comparou-se o preço com de evento similar realizado no BASA, com carga horária de 12h. Fazendo-se uma regra de três, calculando-se carga horária e preço, conclui-se que, para uma carga horária de 16h, custaria R\$ 88.000,00. Logo, o preço cobrado para o curso ao Badesul e Banrisul não tem sobrepreço, estando, inclusive, com preço menor.

6.5. Portanto, demonstrado que não há sobrepreço no caso, para o valor de R\$ 87.000,00 (oitenta e sete mil reais) no total.

6.6. Este custo será dividido com o Banrisul.

7. DO LOCAL DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇOS

7.1. Os serviços serão realizados em auditório apropriado, no Centro de Porto Alegre/RS.

8. DO REGIME DE EXECUÇÃO

8.1. A execução do presente contrato far-se-á pelo regime de empreitada por preço global.

9. DO PAGAMENTO

9.1. O pagamento deverá ser efetuado no prazo de até 3 (três) dias

mediante a apresentação de Nota Fiscal ou da Fatura pela CONTRATADA, que deverá conter o detalhamento dos serviços a serem executados.

9.2. O documento fiscal deverá ser do estabelecimento que apresentou a proposta e, nos casos em que a emissão for de outro estabelecimento da empresa, o documento deverá vir acompanhado das certidões negativas relativas à regularidade fiscal.

9.2.1. Quando o documento for de outro estabelecimento localizado fora do Estado, será exigida também certidão negativa relativa à Regularidade Fiscal junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul independentemente da localização da sede ou filial da CONTRATADA.

9.3. A protocolização somente poderá ser feita após a prestação dos serviços por parte da CONTRATADA.

9.4. O pagamento será efetuado por fornecimento efetivamente

realizado e aceito.

9.4.1. A glosa do pagamento durante a execução contratual, sem prejuízo das sanções cabíveis, só deverá ocorrer quando a CONTRATADA:

9.4.1.1. não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar as atividades com a qualidade mínima exigida no contrato; ou

9.4.1.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do objeto, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

9.5. Caso o serviço não seja prestado fielmente e/ou apresente alguma incorreção será considerado como não aceito e o prazo de pagamento será contado a partir da data de regularização.

9.6. Na fase da liquidação da despesa, deverá ser efetuada consulta ao CADIN/RS para fins de comprovação do cumprimento da relação contratual estabelecida nos termos do disposto no artigo 69, inciso IX, da Lei nº. 13.303, de 30 de junho de 2016;

9.6.1. Constatando-se situação de irregularidade da CONTRATADA junto ao CADIN/RS, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa.

9.6.2. Persistindo a irregularidade, o BADESUL poderá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

9.6.3. Os pagamentos a serem efetuados em favor do contratado, quando couber, estarão sujeitos à retenção, na fonte, dos seguintes tributos:

9.6.3.1. Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, e Contribuição para os Programas de Integração social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PIS/PASEP, na forma da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, conforme determina o art. 64 da Lei federal nº 9.430/1996;

9.6.3.2. Contribuição Previdenciária, correspondente a onze por cento, na forma da Instrução Normativa RFB nº 971, de 13 de novembro de 2009, conforme determina a Lei federal nº 8.212/1991;

9.6.3.3. Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, na forma da Lei Complementar federal nº 116/2003, combinada com a legislação municipal e/ou distrital sobre o tema.

9.7. As empresas dispensadas de retenções deverão entregar declaração, anexa ao documento de cobrança, em duas vias, assinadas pelo representante legal, além de informar sua condição no documento fiscal, inclusive o enquadramento legal.

9.8. O contratante poderá reter do valor da fatura do contratado a importância devida, até a regularização de suas obrigações contratuais.

9.9. A nota fiscal deverá ser enviada ao e-mail badesul.fornecedores@badesul.com.br. Não será considerada recebida a nota fiscal encaminhada por qualquer outro meio.

10. DOS PRAZOS

10.1. O prazo de conclusão do serviço é de 2 (dois) dias.

11. DA FISCALIZAÇÃO

11.1. O titular e o substituto da fiscalização serão designados, mediante

termo formal a ser emitido pelo Gestor do Contrato, por meio do Documento denominado Ato de Designação de Fiscal Técnico, anexo ao Processo, sendo estes encarregados de conferir o andamento das atividades e de corrigir desvios ou apontar eventuais irregularidades.

11.2. Sempre que solicitados pela fiscalização e de forma a dirimir dúvidas devidamente fundamentadas, serão realizados pela **CONTRATADA**, sem ônus adicionais, relatórios, documentos, laudos para esclarecer ou informar sobre problemas e soluções na execução dos serviços.

11.3. A fiscalização, sempre que possível, comunicará à contratada as providências necessárias para sanar eventuais problemas detectados na execução dos serviços. Porém, a ausência de manifestação escrita da fiscalização quando da ocorrência de falhas, não exime a contratada, em nenhuma hipótese, da responsabilidade de corrigi-las.

11.4. Qualquer fiscalização exercida pelo **BADESUL** será feita em seu exclusivo interesse e não implicará corresponsabilidade pela prestação dos serviços contratados, sem que assista direito à **CONTRATADA**, eximir-se de suas obrigações pela fiscalização e perfeita execução dos serviços;

11.5. A fiscalização do **BADESUL** verificará a qualidade da prestação dos serviços, podendo exigir substituições ou reelaboração das atividades, quando não atenderem aos termos do objeto contratado, sem qualquer indenização pelos custos daí decorrentes.

12. DO GESTOR DIRETO DO CONTRATO

12.1. O Gestor do contrato pelo BADESUL, a quem caberão os controles sobre as normas, cumprimento das cláusulas contratuais e gerenciamento das dúvidas ou de questões técnicas surgidas no decorrer da prestação dos serviços do Contrato, será o Superintendente de Pessoas e Infraestrutura.

13. DAS OBRIGAÇÕES

13.1. As partes devem cumprir fielmente as cláusulas avençadas neste contrato, respondendo pelas consequências de sua inexecução parcial ou total.

14. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1. Executar os serviços conforme especificações contidas no Projeto

Básico – Anexo I do Edital e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários previstos;

14.2. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar

ao contratante a superveniência de fato impeditivo da manutenção dessas condições.

14.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

14.4. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

14.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, ficando o BADESUL autorizada a descontar da garantia, caso exigida, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos;

14.6. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

14.7. Apresentar ao BADESUL, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço;

14.8. Atender às solicitações do BADESUL quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo BADESUL, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço;

14.9. Orientar seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas do BADESUL;

14.10. Orientar seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato;

14.11. Manter preposto nos locais de prestação de serviço, aceito pelo BADESUL, para representá-la na execução do contrato, quando couber.

14.12. Responder nos prazos legais, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução do serviço e por outras correlatas, tais como salários, seguros de acidentes, indenizações, tributos, vale-refeição, vale-transporte, uniformes, crachás e outras que venham a ser criadas e exigidas pelo Poder Público;

14.13. Fiscalizar regularmente os seus empregados designados para a prestação do serviço, a fim de verificar as condições de execução;

- 14.14. Comunicar ao BADESUL qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados;
- 14.15. Arcar com as despesas decorrentes de qualquer infração cometida por seus empregados quando da execução do serviço objeto deste contrato;
- 14.16. Realizar os treinamentos que se fizerem necessários para o bom desempenho das atribuições de seus empregados;
- 14.17. Treinar seus empregados quanto aos princípios básicos de postura no ambiente de trabalho, tratamento de informações recebidas e manutenção de sigilo, comportamento perante situações de risco e atitudes para evitar atritos com servidores, colaboradores e visitantes do órgão;
- 14.18. Coordenar e supervisionar a execução dos serviços contratados;
- 14.19. Administrar todo e qualquer assunto relativo aos seus empregados;
- 14.20. Assumir todas as responsabilidades e tomar as medidas necessárias ao atendimento dos seus empregados acidentados ou acometidos de mal súbito, por meio do preposto;
- 14.21. Instruir seus empregados quanto à prevenção de acidentes e de incêndios;
- 14.22. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, comerciais e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao BADESUL;
- 14.23. Relatar ao BADESUL toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 14.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 14.25. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto do contrato;
- 14.26. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 14.27. O Contratado deverá, se for o caso, apresentar Programa de Integridade, nos termos da Lei Estadual nº 15.228, de 25 de setembro de 2018 e do seu Regulamento.

15. DAS OBRIGAÇÕES DO BADESUL

- 15.1. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do objeto, por servidores designados para esse fim, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à Autoridade Administrativa para as providências cabíveis;
- 15.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais;
- 15.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do objeto, fixando prazo para a sua correção;
- 15.4. Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do objeto, no prazo e condições estabelecidas neste contrato;
- 15.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA, nos termos da legislação vigente.

16. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

- 16.1. Os serviços, caso estejam de acordo com as especificações do Termo de Inexigibilidade, serão recebidos:
- 16.1.1. Provisoriamente, por efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com as especificações; e
- 16.1.2. Definitivamente, após verificação da qualidade e quantidade dos serviços e material, quando for o caso, e conseqüente aceitação.
- 16.2. A aceitação do objeto não exclui a responsabilidade civil, por vícios de forma, quantidade, qualidade ou técnicos ou por desacordo com as correspondentes especificações, verificadas posteriormente.
- 16.3. O serviço e/ou material recusado será considerado como não prestado ou entregue.
- 16.4. Os custos de retirada e devolução dos materiais recusados, quando inclusos no objeto, bem como quaisquer outras despesas decorrentes, correrão por conta da CONTRATADA.
- 16.5. O serviço deverá ser prestado nos locais indicados no Projeto Básico.

17. CONDOTA ÉTICA DO CONTRATADO E DO

17.1. O CONTRATADO e o BADESUL comprometem-se a manter a

integridade nas relações público-privadas, agindo de boa-fé e de acordo com os princípios da moralidade administrativa e da impessoalidade, além de pautar sua conduta por preceitos éticos e, em especial, por sua responsabilidade socioambiental.

17.2. Em atendimento ao disposto no caput desta Cláusula, a CONTRATADA obriga-se, inclusive, a:

17.2.1. não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, seja pecuniária ou de outra natureza, consistente em fraude, ato de corrupção ou qualquer outra violação de dever legal, relacionada com este Contrato, bem como a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, empregados, agentes, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados, seus ou de suas controladas, de fazê-lo;

17.2.2. impedir o favorecimento ou a participação de empregado ou dirigente do Badesul na execução do objeto do presente Contrato;

17.2.3. providenciar para que não sejam alocados, na execução do objeto do contrato, familiares de dirigente ou empregado do Badesul, considerando-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau;

17.2.4. observar o Código de Ética do Badesul vigente ao tempo da contratação, bem como a Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Badesul e a Política Corporativa Anticorrupção do Badesul, assegurando-se de que seus representantes, administradores e todos os profissionais envolvidos na execução do objeto pautem seu comportamento e sua atuação pelos princípios neles constantes; e

17.2.5. adotar, na execução do objeto do contrato, boas práticas de sustentabilidade ambiental, de otimização de recursos, de redução de desperdícios e de redução da poluição.

17.3. O BADESUL recomenda, ao CONTRATADO, considerar em suas práticas de gestão a implantação de programa de integridade estruturado, voltado à prevenção, detecção e remediação da ocorrência de fraudes e atos de corrupção.

17.4. Verificada uma das situações mencionadas nos 17.2.1 e

17.2.2 desta Cláusula, compete ao CONTRATADO afastar imediatamente da execução do Contrato os agentes que impliquem a ocorrência dos impedimentos e favorecimentos aludidos, além de comunicar tal fato ao BADESUL, sem prejuízo de apuração de sua responsabilidade, caso tenha agido de má-fé.

17.5. O CONTRATADO declara ter conhecimento do Código de Ética do Badesul, bem como da Política de Conduta e de Integridade das Licitações e Contratos Administrativos do Badesul e da Política Corporativa Anticorrupção do Badesul, que poderão ser consultados por intermédio do sítio eletrônico www.badesul.com.br ou requisitados ao Gestor do Contrato.

17.6. Eventuais irregularidades ou descumprimentos das normas internas do BADESUL ou da legislação vigente podem ser denunciados à Ouvidoria por qualquer cidadão através dos seguintes canais: e-mail: ouvidoria@badesul.com.br; e telefone (08006425800).

18. DAS SANÇÕES

18.1. Sem prejuízo da faculdade de rescisão contratual, o BADESUL poderá aplicar sanções de natureza moratória e punitiva ao contratado, diante do não cumprimento das cláusulas contratuais.

18.2. Com fundamento na Lei 13.303/2016 e Regulamento Interno de Licitações ficará impedida de licitar e contratar com o Badesul, pelo prazo de até 2 (dois) anos, garantida a ampla defesa, sem prejuízo da rescisão do contrato e da aplicação de multa, o contratado que:

- 18.2.1. apresentar documentação falsa;
- 18.2.2. ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- 18.2.3. falhar na execução do contrato;
- 18.2.4. fraudar a execução do contrato;
- 18.2.5. comportar-se de modo inidôneo;
- 18.2.6. cometer fraude fiscal.

18.3. Configurar-se-á o retardamento da execução quando o contratado:

- 18.3.1. deixar de iniciar, sem causa justificada, a execução do contrato após 7 (sete) dias contados da data da ordem de serviço ou assinatura do contrato;
- 18.3.2. deixar de realizar, sem causa justificada, os serviços definidos no contrato por 3 (três) dias seguidos ou por 10 (dez) dias

intercalados.

18.4. A falha na execução do contrato estará configurada quando o contratado descumprir as obrigações e cláusulas contratuais, cuja dosimetria será aferida pela autoridade competente, de acordo com o que preceitua o item 18.12.

18.5. Para os fins do item 18.2.5 reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos arts. 337-F, 337-I, 337-J, 337-K, 337-L e no art. 337-M, §§ 1º e 2º, do Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

18.6. O contratado que cometer qualquer das infrações discriminadas no item

18.2 ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

18.6.1. multa:

18.6.1.1. compensatória de até 10% sobre o valor total atualizado do contrato nos casos de inexecução, execução imperfeita ou em desacordo com as especificações e negligência na execução do objeto contratado, e nos casos de descumprimento de cláusula contratual ou norma de legislação pertinente;

18.6.1.2. moratória de até 0,5% por dia de atraso injustificado sobre o valor da contratação, até o limite de 30 dias.

18.6.2. impedimento de licitar e de contratar com o BADESUL, pelo prazo de até dois anos.

18.7. As multas compensatórias e moratória poderão ser aplicadas cumulativamente, sem prejuízo da aplicação da sanção de impedimento de licitar e de contratar com o BADESUL.

18.8. As sanções decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladamente ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo da cobrança de perdas e danos que venham a ser causados ao interesse público e da possibilidade da rescisão contratual.

18.9. A multa dobrará a cada caso de reincidência, não podendo ultrapassar a 30% (trinta por cento) do valor do contrato.

18.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei federal nº 13.303/2016 e Regulamentos Interno de Licitações do Badesul.

18.11. O valor da multa poderá ser descontado das faturas devidas ao contratado.

18.11.1. Se o valor a ser pago ao contratado não for suficiente para cobrir o valor da multa, a diferença será descontada da garantia contratual, se houver

18.11.2. Se os valores das faturas e da garantia forem insuficientes, fica a contratado obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contados da comunicação oficial.

18.11.3. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo contratado ao contratante, o débito será encaminhado para cobrança judicial.

18.11.4. Caso o valor da garantia seja utilizado no todo ou em parte para o pagamento da multa, essa deve ser complementada no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado da solicitação do contratante.

18.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

18.13. A aplicação de sanções não exime a contratada da obrigação de reparar os danos, perdas ou prejuízos que venha a causar ao ente público.

18.14. As sanções previstas neste item não elidem a aplicação das penalidades estabelecidas na Lei Federal nº 12.846/2013, conforme o disposto no seu art. 30 ou nos arts. 337-E a 337-P, Capítulo II-B, do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

19. DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E DIREITO

19.1. Todos e quaisquer bens de propriedade intelectual, incluindo, mas não se limitando a marcas, registradas ou depositadas, nomes de domínio, nomes empresariais, logos, desenhos, sinais distintivos, modelos de utilidade, segredos empresariais, know-how, obras intelectuais, inclusive programas de computador, campanhas de publicidade, obras audiovisuais, notícia se informes, assim como todo e qualquer item que seja protegido pelo direito de

propriedade intelectual de exclusiva propriedade do BADESUL não poderão ser usados a qualquer título ou sob qualquer meio ou forma pela pessoa jurídica credenciada, exceto mediante autorização prévia e por escrito do BADESUL.

23. DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES

19.2. Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais,

documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo deles, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes e normas da Política Corporativa de Segurança da Informação BADESUL.

19.3. Cabe à CONTRATADA cumprir as seguintes regras de sigilo e assegurar a aceitação e adesão às mesmas por profissionais que integrem ou venham a integrar a sua equipe na prestação do objeto deste Contrato, as quais perdurarão, inclusive, após a cessação do vínculo contratual e da prestação dos serviços:

19.4. cumprir as diretrizes e normas da Política de Segurança da Informação do BADESUL, necessárias para assegurar a integridade e o sigilo das informações;

19.5. não acessar informações sigilosas do BADESUL, salvo quando previamente autorizado por escrito;

19.6. sempre que tiver acesso às informações mencionadas no inciso anterior:

19.7. manter sigilo dessas informações, não podendo copiá-las, reproduzi-las, retê-las ou praticar qualquer outra forma de uso que não seja imprescindível para a adequada prestação do objeto deste Contrato;

19.8. limitar o acesso às informações aos profissionais envolvidos na prestação dos serviços objeto deste Contrato, os quais deverão estar cientes da natureza sigilosa das informações e das obrigações e responsabilidades decorrentes do uso dessas informações; e

19.9. informar imediatamente ao BADESUL qualquer violação das regras de sigilo ora estabelecidas que tenha ocorrido por sua ação ou omissão, independentemente da existência de dolo, bem

como dos profissionais envolvidos, adotando todas as orientações do BADESUL para remediar a violação;

19.10. entregar ao BADESUL, ao término da vigência deste Contrato, todo e qualquer material de propriedade deste, inclusive notas pessoais envolvendo matéria sigilosa e registro de documentos de qualquer natureza que tenham sido criados, usados ou mantidos sob seu controle ou posse, assumindo o compromisso de não utilizar qualquer informação sigilosa a que teve acesso no âmbito deste Contrato;

19.11. quando e se assim o Badesul entender necessário, assinar Termos de Confidencialidade a ser disponibilizado pelo BADESUL, devendo nesse caso ser firmado pelo representante legal da CONTRATADA e pelos profissionais que acessarão informações sigilosas; quando necessária a assinatura de Termo de Confidenciabilidade, esse deverá ser assinado pelos profissionais substitutos.

24. DA ANTICORRUPÇÃO

24.1. As Partes, por si e por seus administradores, diretores, empregados

e agentes, obrigam-se a:

24.1.1. conduzir suas práticas comerciais de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis;

24.1.2. repudiar e não permitir qualquer ação que possa constituir ato lesivo nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e legislação correlata;

24.1.3. dispor ou comprometer-se a implementar, durante a vigência do Contrato quem mantém, programa de conformidade e treinamento voltado à prevenção e detecção de violações das regras anticorrupção e dos requisitos estabelecidos no Contrato;

24.1.4. notificar imediatamente a outra Parte se tiver conhecimento ou suspeita de qualquer conduta que constitua ou possa constituir prática de suborno ou corrupção referente à negociação, conclusão ou execução do Contrato, e declaram, neste ato, que não realizaram e nem realizarão qualquer pagamento, nem forneceram ou fornecerão benefícios ou vantagens a quaisquer autoridades governamentais, ou a consultores, representantes, parceiros ou terceiros a elas ligados, com a finalidade de influenciar qualquer ato ou decisão da

administração pública ou assegurar qualquer vantagem indevida, obter ou impedir negócios ou auferir qualquer benefício indevido.

25. DAS OBRIGAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

25.1. As Partes reconhecem a importância e se comprometem por si e por

seus colaboradores a respeitar e a contribuir com o cumprimento dos Princípios Constitucionais, dos Direitos e Garantias Fundamentais e dos Direitos Sociais previstos na Constituição Federal, tais como, mas não limitadamente:

25.1.1. evitar qualquer forma de discriminação;respeitar o meio ambiente;

25.1.2. repudiar o trabalho escravo e infantil;

25.1.3. garantir a liberdade de seus colaboradores em se associarem a sindicatos e negociarem coletivamente direitos trabalhistas;

25.1.4. colaborar para um ambiente de trabalho seguro e saudável;

25.1.5. evitar o assédio moral e sexual;

25.1.6. compartilhar este compromisso de Responsabilidade Social na cadeia de fornecedores;

25.1.7. trabalhar contra a corrupção em todas as suas formas, incluída a extorsão e o suborno.

26. DA PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO

26.1. As Partes estão cientes que as pessoas jurídicas se sujeitam à lei brasileira e aos acordos internacionais de prevenção à lavagem de dinheiro e riscos operacionais, mas também às regras e normas de conduta definidas pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

26.2. Neste sentido, havendo suspeita de eventual prática ilícita ou em desconformidade com o Contrato, ficará a critério exclusivo da Parte que suspeitar encerrar a relação contratual nos termos da Cláusula de extinção do Contrato firmado, independentemente de justificativa.

27. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

27.1. O CONTRATADO está ciente do inteiro teor da Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais publicada no sítio do Badesul;

27.2. O CONTRATADO deve manter público e acessível o contato do Encarregado de Dados da empresa.

27.3. A partir da vigência da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados LGPD) o CONTRATADO adotará todas as providências necessárias ao adequado tratamento de dados pessoais, observando, dentre outros, os seguintes fundamentos previstos nesta legislação: o respeito à privacidade; a autodeterminação informativa; a liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião; a inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor e os direitos humanos, o livre desenvolvimento da personalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais. Consideram-se dados pessoais qualquer informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.

27.3.1. Uma informação que identifica uma pessoa pode ser um dado simples, como um nome, números ou outros identificadores. Em sendo possível identificar um indivíduo diretamente das informações processadas, essas informações podem ser dados pessoais.

27.3.2. Se não for possível identificar diretamente um indivíduo a partir dessas informações, deverá ser ponderado se ele ainda é identificável, levando-se em consideração outras informações que poderão ser processadas em conjunto, através de meios razoáveis, para identificar esse indivíduo

27.3.3. É assegurado ao contratante a realização de diligências para verificar o cumprimento do tratamento de dados pessoais decorrente do presente contrato.

27.4. É assegurado ao contratante o direito de regresso em face da contratada em eventual ação judicial em decorrência do inadequado tratamento dos dados pessoais.

28. DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- 28.1. O CONTRATADO está ciente do inteiro teor da Política de Segurança da Informação e de Segurança Cibernética publicada no sítio do Badesul.

ANEXO II
ORDEM DE SERVIÇO

OCS N°/2022

Porto Alegre, de2022

FORNECEDOR:

Nome:

CNPJ/MF:

Endereço:

Telefone:

ORDEM DE SERVIÇO

ESPECIFICAÇÃO:

Pela presente Ordem de Compra e Serviço, autorizamos a empresa, a fornecer para o BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS, conforme Inexigibilidade n°..../2022, no valor total de R\$...

PRAZO...

PAGAMENTO: XX DIAS CORRIDOS A CONTAR DA DATA...

Forma de Pagamento: DEPÓSITO EM CONTA OU BOLETO BANCÁRIO.

Fornecer na nota fiscal número da conta bancária no Banrisul a ser depositado. Caso houver DOC a despesa será por conta da empresa.

- BANCO: BANRISUL AGÊNCIA: CONTA:

DADOS PARA CADASTRO E REGISTRO:

Nome do Órgão: BADESUL DESENVOLVIMENTO S.A – AGÊNCIA DE FOMENTO/RS.

CNPJ/MF: 02.885.855/0001-72- Inscrição Estadual: Isenta

Endereço: Rua Andrade Neves, 175- 11º andar, Centro.

CEP 90010-210 – Porto Alegre RS

CONTATO:

Atenciosamente,